

Encarte Especial
Questionário sobre Violência
Responda e ajude a melhorar as condições de segurança nos campi da USP

Assembléia no dia 1º colocará em debate emendas ao projeto de Covas

A Adusp está convocando assembléia dos docentes para quarta-feira, dia 1º de setembro, às 17 horas, no auditório Jacy Monteiro, do Instituto de Matemática e Estatística. Parte importante da assembléia será a apresentação de um panorama das emendas em discussão na Assembléia Legislativa e das finanças estaduais relativas à previdência. Foram convidados um assessor da liderança do PT e um diretor da Associação dos Fiscais de Renda do Estado de São Paulo. A assembléia do dia 1º discutirá ainda a proposta da Comissão do Funcionalismo de paralisação das atividades no dia 17 de setembro, para participação em novo ato público, diante do Palácio dos Bandeirantes.

Leia mais sobre a mobilização dos servidores na página 3

Marcha levou 100 mil a Brasília

O país assistiu, no dia 26 de agosto, ao maior protesto já realizado contra o governo de Fernando Henrique Cardoso. A "Marcha dos 100 Mil", promovida pelo MST, CUT e partidos políticos de oposição, chegou a Brasília e foi seguida de gigantesca manifestação contra a política econômica e o FMI, e em favor da reforma agrária. Os manifestantes encaminharam ao presidente da Câmara Federal, Michel Temer, documen-

to com 1,3 milhão de assinaturas pedindo a abertura de CPI para investigar crime de responsabilidade do presidente da República no processo de privatização do sistema Telebrás.

De acordo com os organizadores, mais de 100 mil pessoas participaram (foto). A CUT do Distrito Federal estimou que havia 130 mil pessoas no momento de pico, entre 13 e 14 horas. Pelos cálculos da PM, a mobilização reuniu 60 mil manifestantes.



Agência Estado

Educação elege membro do CR

Os docentes da Faculdade de Educação acabam de eleger seu representante. No dia 19, Antonio Joaquim Severino, professor de Filosofia da Educação, foi eleito membro do Conselho de Representantes com 25 votos. "Quero consolidar a participação e a representatividade dos colegas da Faculdade na Adusp, porque estamos vivendo um momento de baixa mobilização, em que pesem os problemas enfrentados pela categoria. Pretendo representar bem meus colegas", diz Severino.

GT Violência quer sugestões de professores

Em reunião realizada no dia 20 de agosto, o Grupo de Trabalho da Adusp sobre Violência nos campi da USP elaborou questionário (encartado nesta edição) para que docentes apontem possíveis soluções para o problema de segurança nos campi da USP. Ações e novas propostas de combate à violência devem ser feitas pelo GT com base nos dados obtidos. A realização de debate aberto a toda a comunidade universitária, noticiada no último Informativo, fica, assim, adiada.

As propostas da Reitoria para implementar a segurança nos campi da USP continuam sendo discutidas e, também neste caso, os questionários respondidos nortearão as condutas do GT.

O Desafio continua...

O Desafio Matemático proposto no Informativo 53 teve seu prazo prorrogado. Estaremos aceitando respostas até 1º de setembro, às 17 horas, data da assembléia da Adusp que discutirá a previdência.

Dentre as respostas recebidas, sortearemos na assembléia aquela que receberá o almoço grátis para duas pessoas no Clube dos Professores durante uma semana. Se você não enviou sua resposta, ainda é tempo de participar, esperamos sua contribuição pelo e-mail adusp@adusp.org.br.

Ato marca os 20 anos da Anistia

O Comitê Brasileiro da Anistia, o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo e o Movimento Feminino pela Anistia, com apoio da Pontifícia Universidade Católica, celebraram os 20 anos de vigência da Lei da Anistia com um ato que reuniu cerca de 600 pessoas, no último dia 23 de agosto, no Teatro da Universidade Católica (TUCA).

Após muita luta, a Lei da Anistia foi aprovada pelo Congresso Nacional no dia 29 de agosto de 1979.

Depois de sua promulgação, presos políticos foram libertados, militantes de oposição que se encontravam banidos ou exilados no exterior retornaram ao país e funcionários públicos demitidos ou aposentados compulsoriamente foram reintegrados aos seus cargos. Na USP, um dos casos mais conhecidos é o do professor Florestan Fernandes, falecido em 1995. A anistia também contemplou milita-

res, mas até hoje centenas deles não conseguiram reintegrar-se às Forças Armadas.

Não faltaram depoimentos emocionantes no ato do TUCA, entre eles o do advogado Luis Eduardo Greenhalgh, um dos fundadores do CBA-SP.

XI de Agosto promove protesto

No dia 24, a Adusp esteve presente ao ato de protesto organizado pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, contra a absolvição dos oficiais da Polícia Militar do Pará envolvidos no massacre de 19 trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás. "O julgamento da chacina de Eldorado dos Carajás consagra a impunidade e é uma afronta a regras básicas de ordem constitucional", diz o manifesto aprovado pelos presentes. "A absolvição dos acusados reitera o ciclo de impunidade que ameaça a confiabilidade nas instituições e expõe, às escâncaras, a fragi-



Daniel Garcia

Florestan, um dos anistiados

lidade do Estado Democrático de Direito no Brasil".

Nos últimos 20 anos, latifundiários, grileiros, capangas ou policiais assassinaram nada menos do que 1.740 trabalhadores sem-terra ou pessoas ligadas a eles. Mas apenas 73 assassinos foram levados a julgamento. Somente oito foram condenados. Somente dois estão presos. Os dados são da CPT.

CARTA

"Imagem usada no Informativo 52 discrimina enfermeiras"

Como não tenho outro endereço eletrônico da Adusp, estou enviando para este e espero que a crítica seja enviada ao autor do quadro impresso na primeira página e página central do informativo veiculado no mês de agosto, e também para os diretores da Adusp.

Foi utilizada uma imagem de enfermeira "forte, feia e sufocando uma pessoa em cadeira de rodas com a fumaça de seu charuto" para representar a opressão que o PLC 11/99 do governo Covas irá causar aos docentes e funcionalismo em geral, no caso representado pelo paciente fraco e oprimido...

Quadros como este perpetuam atitudes de discriminação contra a mulher e enfermeiras e são dignos de repúdio principalmente quando veiculados em um órgão que deveria representar de forma digna todos os seus associados, entre eles os enfermeiros e enfermeiras em uma ideologia de igualdade.

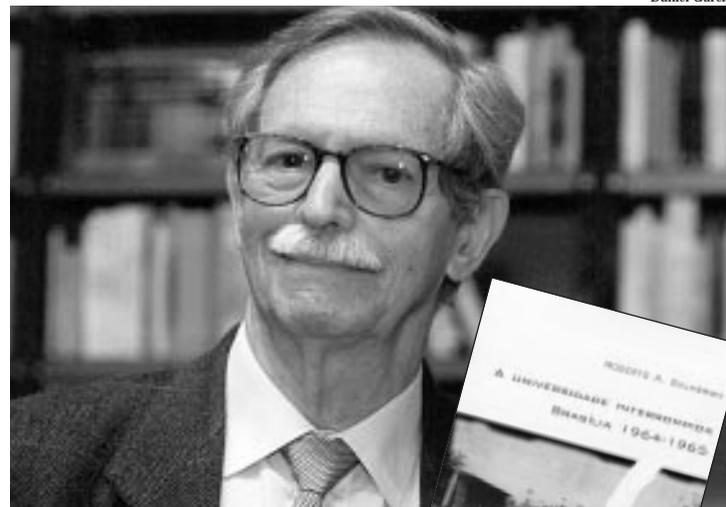
Maria Helena L. Caliri, professora dra. do Departamento de Enfermagem Geral e Especializada da EERP

Nota da Redação - Aceitamos a crítica, que consideramos procedente. Esclarecemos, no entanto, que não tivemos qualquer intenção de ferir a imagem profissional das enfermeiras ou discriminá-las de nenhuma forma. Reiteramos que o Informativo Adusp continuará sendo um instrumento de luta em defesa dos direitos dos docentes da USP, independentemente da formação profissional básica ou da atividade exercida, bem como uma publicação voltada para a consolidação da cidadania e a conquista de uma sociedade justa e igualitária.

Salmeron relata sua experiência na UnB

O professor Roberto Salmeron, engenheiro formado pela Escola Politécnica da USP e atual Diretor de Pesquisa Emérito do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas da França (CNRS), esteve no Brasil para visitar amigos e lançar um livro sobre a Universidade de Brasília (UnB). No dia 17, ele foi a figura central de um colóquio organizado pelo Instituto de Física: "Reformas universitárias. Necessidades, experiências interrompidas".

O professor relatou alguns dos esforços pioneiros na área da educação no Brasil, destacando a experiência inovadora da Universidade do Distrito Federal (então Rio de Janeiro), fundada em 1935 por Anísio Teixeira e fechada em 1939 por imposição do Estado Novo, e a criação da UnB, da qual ele par-



Daniel Garcia

ticipou como professor titular e primeiro coordenador geral dos Institutos Centrais de Ciências e Tecnologia.

As inovações na UnB e a destruição dessa iniciativa pelo regime militar são apresentadas no livro *A Universidade Interrompida: Brasília 1964-1965*, que o professor lançou no dia 19, na Livraria

da Unesp (veja fotografia acima). O professor concedeu entrevista à *Revista Adusp*, que será publicada na próxima edição.

PREVIDÊNCIA

Próxima manifestação será no Palácio, dia 17

Avigorosa manifestação dos servidores públicos de repúdio ao projeto previdenciário de Covas, realizada no dia 12 de agosto no pátio da Assembléia Legislativa, não bastou para fazer o governo recuar em sua intenção de praticar um confisco salarial.

Por isso, os sindicatos estão convocando um novo ato público de protesto, desta vez diante do Palácio dos Bandeirantes, no dia 17 de setembro, às 14 horas, conforme decisão tomada em plenária das entidades, no dia 18 de agosto. Os servidores querem a retirada do projeto e estão solicitando ao governador que conceda audiência para tratar do assunto.

Já no dia 15, o líder do governo na Assembléia, deputado Walter Feldmann (PSDB), anunciou a jornais e emissoras de rádio a dispo-

sição de rever o projeto para incluir como beneficiários os cerca de 200 mil servidores temporários e não efetivos, que foram excluídos do texto atual. No entanto, o governo não abriu mão, até agora, de outros dispositivos do projeto: as elevadas alíquotas e a cobrança de aposentados e pensionistas.

"Retirar o bode da sala"

O coordenador do Fórum das Seis, Antonio Luis de Andrade, o Tato, adverte: o governo está apenas "retirando o bode da sala", ou seja, suprimindo do projeto algo que ele já sabia que não poderia manter, para dar a impressão de que está aceitando negociar. "Estão acenando com a inclusão dos servidores ACTs e os da Lei 500 não estáveis, mas o resto não muda", afirma Tato.

Em reunião com o colégio de líderes dos partidos na As-



Carlos Gueller

Manifestantes protestam contra o projeto de previdência estadual, em frente à Assembléia Legislativa, no dia 12 de agosto

sembléia Legislativa, no dia 23, os representantes dos servidores apresentaram suas críticas ao projeto. Ouviram de Feldmann que o rombo do IPESP "é coisa do passado".

Sobre os docentes precários da USP, os da parte especial da Unicamp e os estatutários da Unesp, o líder

do governo disse que está em estudos a sua inclusão no projeto.

As entidades do funcionalismo estão organizando uma paralisação na tarde do dia 17, para que o maior número possível de servidores possa participar do protesto em São Paulo.

USP não foi ressarcida da perda gerada pela Lei Kandir

A Lei Complementar nº 87/1996, conhecida como Lei Kandir, isenta do ICMS as exportações de produtos primários e semi-elaborados, energia elétrica e bens de ativos fixos, gerando uma redução na arrecadação deste imposto pelos estados.

Para minimizar o prejuízo dos governos estaduais, o governo federal passou a compensá-los, repassando verbas que seriam equivalentes às perdas sofridas.

Com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de São Paulo (LDO), 9,57% da arrecadação do ICMS são destinados às universidades estaduais paulistas, cabendo à USP 5,02%.

Pela lógica, do total recebido pelo governo paulista como compensação pelas perdas impostas pela Lei Kandir, 9,57% deveriam ser destinados às universidades

estaduais, mas isso não vem ocorrendo.

De acordo com previsões do governo paulista, em 1998 a União deveria transferir para o Estado de São Paulo R\$ 350 milhões, dos quais R\$ 33,25 milhões deveriam ser repassados às universidades estaduais (e R\$ 17,6 milhões à USP). Porém, nenhum centavo foi repassado às universidades estaduais.

LDO-99 prevê repasse

Já no texto da LDO de 1999 consta expressamente que das liberações do Tesouro repassadas ao governo paulista, relativas ao ressarcimento da desoneração do ICMS, 9,57% devem ser destinados à USP, Unesp e Unicamp. Estimando-se que o repasse seja da ordem de R\$ 867 milhões, a USP receberia cerca de R\$ 43 milhões, referentes apenas ao

exercício de 1999. Até maio, o governo estadual já recebeu da União R\$ 367.400.556,09. Deste total, caberiam às três universidades estaduais R\$ 35.160.233,22, dos quais R\$ 18.478.410,97 à USP.

O coordenador da administração geral da USP (Codage), Hélio Nogueira da Cruz, afirma que até hoje nenhum repasse financeiro decorrente da desoneração do ICMS foi feito à universidade.

Ele ressalva que os repasses de 1999 podem, supostamente, ser efetuados até o dia 31 de dezembro. Quanto aos repasses do ano passado, o Cruesp tem enviado correspondências ao governo estadual cobrando os R\$ 33,25 milhões.

Exemplo

Não é a primeira vez que o Estado de São Paulo deixa de repassar verbas devidas às

universidades estaduais. Em 1994, o governador Luís Antônio Fleury Filho contraiu uma dívida com as universidades pelo atraso no pagamento de parcelas do ICMS. A Adusp, por meio de seu então presidente Otaviano Helene, e o Fórum das Seis rapidamente entraram com ação junto ao Ministério Público contra as irregularidades no repasse.

O governo antecipou-se ao desfecho da ação e pagou a dívida para com a USP, em dez parcelas, entre março e dezembro de 1997, no valor total de R\$ 24.509.740,00. Em 1999, finalmente, a justiça deu ganho de causa aos autores do processo.

A Adusp está estudando, através de sua Assessoria Jurídica, a adoção de providências, em relação à retenção pelo governo Covas do repasse devido à USP, similares às tomadas anteriormente.

Chegou a hora da USP não fazer mais nenhum novo contrato precário

Há algum tempo a Adusp tem priorizado o encaminhamento de uma solução definitiva para os mais de 40% do corpo docente que trabalham com contratos precários. A realização de um plebiscito sobre o tema, reuniões em unidades, consultas a especialistas, debates, divulgação de idéias e propostas em nossos meios de comunicação e matérias pagas na imprensa são alguns dos recursos que foram utilizados nesta luta.

Por outro lado, as administrações da USP, muito embora reconhecessem em discursos e em campanhas para reitor a seriedade da situação, jamais encaminhavam propostas objetivas para solução deste grave problema trabalhista e institucional.

No interior de uma conjuntura marcada por possibilidades de mudanças importantes na previdência e no regime jurídico de trabalho no setor público, surgiram, por parte da atual reitoria, os primeiros passos para enfrentar a questão dos contratos precários:

- A reitoria garantia a continuidade contratual de todo professor com 15 anos de casa que, tendo participado de concurso de efetivação amparado na verba de seu próprio salário, não fosse o escolhido pela banca composta para o julgamento. Dos mais de 200 concursos realizados nestas condições — ainda adversas para quem dedicou boa parte

de sua vida produtiva à USP — em cerca de oito casos o indicado não foi o colega que já trabalhava na USP.

- Por solicitação da Adusp, a reitoria organizou um seminário para discutir um regime jurídico adequado à carreira docente. Neste seminário a reitoria apresentou a proposta de um contrato de atividade docente (CAD), muito embora não tenham sido publicadas, até hoje, minutas efetivas da proposta.

Durante todo este processo a Adusp encaminhou a proposta de regularização dos contratos dos docentes não efetivos com mais de cinco anos de casa. Sempre estivemos dispostos ao diálogo e à negociação que propiciassem uma saída digna para docentes que trabalham em situação opressiva, sem garantias e direitos.

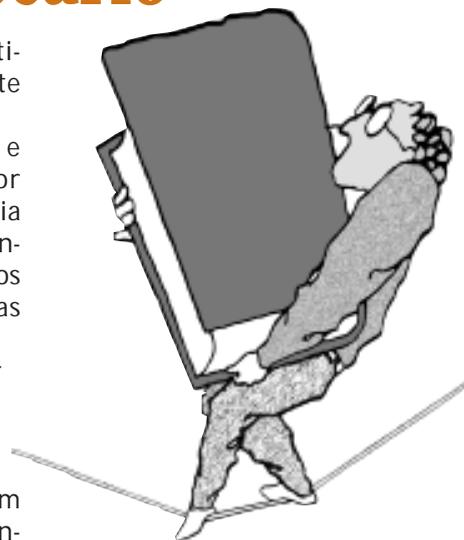
A decisão recente da reitoria da USP de utilizar, para os associados e os docentes com doutorado e 10 anos de casa, o mesmo modelo empregado para aqueles com 15 anos, pode ser vista como um avanço no sentido de aliviar a situação dos contratos precários. Não temos dúvida de que a nossa disposição de colocar esta questão na ordem do dia teve um papel importante na gestação desta iniciativa. Resaltamos que a realização de concurso de efetivação poderia ter sido — como é reivindicação histórica da Adusp — uma política contínua das administrações da universidade.

Quanto à presente iniciativa da reitoria, é importante informar os colegas que

- É perfeitamente legal e foi a prática adotada por muitas unidades na portaria anterior, a abertura de tantos concursos quantos são os docentes que satisfazem as regras ora estabelecidas.

- Seria importante ouvir a justificativa da reitoria para excluir os docentes com mais de 15 anos de casa que não participaram dos concursos realizados anteriormente.

Para que a situação dos contratos precários não se agrave durante o processo ora em curso, devemos, a todo custo, evitá-los. Portanto, seria importante a implantação imediata de uma política efetiva de não aumentar o



quadro de contratos precários. Esta postura será decisiva para encaminhar um fim definitivo ao tratamento indigno a que estão submetidos muitos de nossos colegas e resolver um grave problema institucional, acadêmico e trabalhista.

Adusp lança Coquetel Cultural

A Adusp está lançando uma nova atividade permanente: um Coquetel Cultural, quando os associados poderão fazer lançamentos de seus trabalhos artísticos, literários e culturais. Esperamos variar os temas e as bebidas! O primeiro encontro será uma sessão de Batida Cultural com Flávio Aguiar, professor da FFLCH, com o tema

**Com palmos medida
Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira**

uma antologia organizada por ele e publicada pela Editora Fundação Perseu Abramo e a Boitempo Editorial. Dia 3 de setembro, às 17 horas, na sede da Adusp em São Paulo. Apareça!

Entidades pedem a Covas que sancione Passe-Pedágio

Sindicatos e associações estudantis encaminharam ao governador Mário Covas, no dia 13 de agosto, apelo para que seja sancionada e regulamentada, "com urgência máxima", a Lei do Passe-Pedágio, aprovada pela Assembleia Legislativa no dia 30 de junho. A Lei do Passe-Pedágio institui tarifas diferenciadas para estudantes, professores e funcionários da educação, de todos os níveis, das escolas públicas e privadas.

As entidades signatárias também solicitam audiência a Covas, para apresentação de reivindicações relativas aos termos da regulamentação. "A urgência requerida impõe-se, Senhor Governador, em decorrência da aflitiva situação desses milhares de paulistas que, forçosamente, utilizam-se das rodovias entre os municípios em que residem e aqueles em que se situam as escolas onde estudam ou trabalham, arcando

com despesas obrigatórias e significativas impostas pelos postos de pedágio, agora multiplicados".

Assinam o documento a Adusp, Aduresp, Adunicamp, Apase (supervisores de ensino da rede estadual), Udemo (diretores de escolas da rede estadual), Sinteps (Trabalhadores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza) e UEE (União Estadual de Estudantes), além do Fórum das Seis.